

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAROLINA TCHIRICHIAN DE MOURA

**GENOCÍDIO ARMÊNIO: CONSEQUÊNCIAS E A BUSCA POR UM ESTADO-
NAÇÃO**

São Paulo

2022

**GENOCÍDIO ARMÊNIO: CONSEQUÊNCIAS E A BUSCA POR UM ESTADO-
NAÇÃO**

CAROLINA TCHIRICHIAN DE MOURA

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à disciplina de Trabalho de
Conclusão de Curso, como requisito
parcial à conclusão do curso de
graduação de Relações Internacionais da
Universidade Anhembi Morumbi.**

Prof. Orientador(a): Kelly Gomes

Resumo

O genocídio armênio foi um fato histórico que ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial, sendo o plano de extermínio deste povo cometido pelo Império Otomano, atual Turquia.

Frente à importância do tema, o objetivo do presente estudo foi analisar quais foram as consequências que o genocídio trouxe para a população armênia, dentre elas a diáspora de uma nação.

Para atingir o objetivo proposto foi realizado um levantamento do contexto histórico do genocídio, analisando suas causas e as principais consequências para a população armênia. Dentre as consequências, foi dado um olhar especial sobre a diáspora e a busca da Armênia por um Estado-Nação.

Pode-se observar que o genocídio teve como maior consequência a mudança permanente que se propagou no curso da história de uma nação. A diáspora armênia foi uma das consequências deste genocídio, junto à busca contínua e incessante pelo seu reconhecimento, o que ocasionou a criação de uma identidade coletiva cultural e ideia de retorno.

Palavras-chave: Genocídio Armênio. Império Otomano. Diáspora. Turquia. Consequências

Abstract

The Armenian Genocide was a historical fact that occurred during the First World War, being the extermination plan of this people committed by the Ottoman Empire, present-day Turkey.

Given the importance of the topic, the objective of this study was to analyze the consequences that the genocide brought to the Armenian population, among them the diaspora of a nation.

To achieve the proposed objective, a survey of the historical context of the genocide was carried out, analyzing its causes and the main consequences for the Armenian population. Among the consequences, a special look was given to the diaspora and Armenia's quest for a Nation-State.

It can be observed that the genocide had as its greatest consequence the permanent change that propagated in the course of the history of a nation. The Armenian diaspora was one of the consequences of this genocide, along with the continuous and incessant search for its recognition, which led to the creation of a collective cultural identity and the idea of return.

Keywords: Armenian Genocide. Ottoman Empire. diaspora. Turkey. Consequences

Sumário

Introdução	6
1. Pré Genocídio: Relação Armênia x Turquia	8
2. Genocídio Armênio	11
3. Pós Genocídio	15
4. A diáspora armênia e a busca por um Estado-Nação	17
Conclusão	19
Referências bibliográficas	20

Introdução

O genocídio armênio foi um fato histórico que ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial, mais especificadamente entre 1914 e 1923. De forma simplificada, foi o plano de extermínio deste povo cometido pelo Império Otomano, atual Turquia.

Na segunda metade do século 19, o sultão Abdülhamid II que estava passando por uma situação de desintegração de seu país tomou a atitude (para conter o cenário) de organizar o plano de extermínio de armênios para evitar que os mesmos entrassem no processo revolucionário, assim como ocorreu nos Bálcamos. O grande temor do Sultão e da Elite Otomana era que os armênios também se tornassem independentes e que o Império ficasse limitado a uma estreita faixa de terra.

Frente a isso, houve a mobilização do povo e seus aliados para legitimar o massacre de armênios porque, segundo o sultão, eram infiéis e matá-los seria uma forma de prestar serviço ao Islã e a Deus.

Pontuando de forma breve o que foi o genocídio, para exterminar o povo armênio foram adotadas as seguintes ações: 1- Aviso das deportações: chegavam oficiais turco-otomanos nas cidades armênias apenas avisando que eles seriam deportados, então saiam das regiões em que estavam porque teoricamente seria uma região de guerra (o que era uma inverdade, visto que a Anatólia nunca foi cenário de batalha durante a primeira guerra), acreditando que depois poderiam voltar para suas casas; 2- As deportações de fato eram feitas majoritariamente a pé (mas podendo ser feita também por trens); 3- Mobilização de forças curdas para realizar execuções, tendo três propósitos: evitar que o exército regular se envolvesse no genocídio e tirasse da frente de batalha (1ª. Guerra mundial) uma força importante, dar a eles uma série de cidades armênias já que pressionavam o Império por não terem cidades, terras ou propriedades e, por último, terceirizar a culpa tendo assim um estado de negação. 4- Ataque as caravanas sobreviventes, onde mulheres e crianças que não haviam sido mortas durante o percurso a pé eram assediadas, estupradas, raptadas e islamizadas pelas tropas curdas. Além disso, eram tatuadas como forma de determinar quem eram, de onde vieram e o que se tornaram.

Frente à extrema importância do tema em questão, o presente trabalho se justifica, tendo como objetivo analisar quais foram as consequências que o genocídio trouxe para a população armênia, dentre elas a diáspora de uma nação.

1. Pré Genocídio: Relação Armênia x Turquia

A Armênia é um Estado que está localizado no sul do Cáucaso, entre a Europa e a Ásia, cercado o Monte Ararat, que é um dos locais com registros mais antigos em questões de civilizações. O país faz fronteira com a Turquia, Azerbaijão, Irã, Geórgia e do ponto de vista geopolítico, é uma região bem interessante. Yerevan, capital do país, foi fundada acerca de 3 mil anos pelo rei Argishti I e possui cerca de 3 milhões de habitantes atualmente, sendo 90% da sua população cristã.

O país é uma ex república soviética, e por estar localizada na EurÁsia, possui contatos geográficos em ambos os continentes, motivo também que faz com que seja parte da União Econômica Euroasiática, Organização do Tratado de Segurança Coletiva e Conselho Europeu.

Cada instância de violência genocida, porém, obedece a uma lógica interna que lhe confere sua singularidade. A destruição da população armênia do Império Otomano tem, por sua vez, uma característica: foi concebido como uma condição necessária para a construção de um Estado-nação turco – o objetivo supremo dos Jovens Turcos. Os dois fenômenos, em outras palavras, são indissolúvelmente ligados: não podemos compreender um se ignorarmos o outro.

Depois da queda de Constantinopla, os armênios passaram a viver como minoria dentro de seu próprio território, não tendo mais um Estado independente, um monarca e fronteiras territoriais. A população armênia estava majoritariamente alocada em 6 províncias do império nas principais cidades também. Nessas províncias, cerca de 70% dos armênios eram camponeses (agricultura e pecuária) e na cidade, junto aos gregos e judeus, faziam parte de uma burguesia na qual mantinham o comércio otomano vivo/ativo. Inclusive, eles eram os intermediadores com a Europa em questões de negociações.

No século 19, o Império Otomano (atual Turquia) viveu um período de crise e decadência, se fragmentando de forma muito rápida, sendo que em 1913, o império já havia perdido 1/3 de seu território e cerca de 20% da população.

No Império Otomano, o regime do Sultão Abdülhamid II caracterizou-se pela hostilidade de conservadores, clero e dos otomanos muçulmanos ao “Tanzimat”

(política de reforma e centralização destinada a reorganizar o Estado de forma a tornar todos os súditos otomanos iguais perante a lei). Essa centralização do poder gerou descontentamento entre parte do povo que estava acostumado a ampla autonomia por séculos.

Embora Abdülhamid II não tenha iniciado o processo de modernização, ele acabou herdando suas consequências, mais especificadamente a “Constituição Midhat”, cuja restauração viria a figurar como uma das demandas políticas dos Jovens Turcos.

A Guerra Russo-Otomana de 1877-8, na qual o sultão foi confrontado, mostrou ao grupo dominante que o Império Otomano começou a decair e que foi perdendo suas posses uma após a outra, e vale ressaltar que toda essa modernização do Estado Otomano como um todo, acabou sendo uma resposta a esse declínio.

Para os grupos não-turcos que viviam na parte europeia do império, o Tratado de Berlim de 1878 havia abalado o preceito de integridade territorial do império, então restava apenas acertar os detalhes finais de sua separação com Istambul. Este não foi o caso com os árabes, armênios ou curdos do império, cujo destino estava muito mais ligado ao do Estado Otomano, graças à sua implantação na parte asiática do império. O vínculo religioso que ligava esse mundo árabe, praticamente separado de seu componente egípcio, à capital otomana e seu sultão-califa não era de forma alguma superficial, mas sim, fraco demais para durar para sempre.

O mundo otomano armênio-curdo estava, por sua vez, despertando de um sono de vários séculos. Os armênios viram o progresso que havia sido feito na parte oriental de seu território histórico governado pela Rússia, mesmo que esse progresso andasse de mãos dadas com políticas repressivas. O Tanzimat os libertou de sua dependência das súplicas curdas, mas o resultado foi reviver uma antiga rivalidade que havia ao longo dos séculos.

Os “Comitês Armênios” eram considerados, tanto pelo governo Hamidiano quanto por muitos jovens turcos opositores ao regime, organizações terroristas que ameaçavam a segurança doméstica e a integridade territorial do país, ajudando a criar através de sua propaganda uma imagem deplorável do Império no Ocidente. Para eles, os armênios eram traidores e aos seus olhos:

“interpretavam qualquer manifestação cultural ou resistência, individual ou local, como um ato de rebelião nacional... os oficiais e intelectuais turcos passaram a ver os armênios como desobedientes, subversivos, elementos estranhos que se aliavam às potências internacionais.” (SUNY, 1998)

Por sua vez, os comitês se consideravam parte do elemento esclarecido da sociedade otomana, uma espécie de vanguarda imbuída de valores socialistas que buscava libertar as massas da “escuridão” reinante e construir um estado federal. Após ataques sofridos pelos turcos, Lord James Bryce, apoiador da causa armênia, em 1896, apontou que:

“Se não tivesse havido um Congresso de Berlim, nem uma Convenção AngloTurca, os armênios sem dúvida continuariam a ser oprimidos, como foram oprimidos por séculos. Mas teriam evitado a tempestade de fogo, fome e massacre que se abateu sobre eles em 1895... Antes do Tratado de Berlim, o sultão não nutria especial inimizade pelos armênios, nem a nação armênia tinha aspirações políticas. Foi a sugestão feita ali (em Berlim), de protegê-los, que os marcou como suspeitos e odiados. (...) A Convenção Anglo-Turca os ensinou a olhar para a Inglaterra e a interferência da Inglaterra enraiveceu os turcos.” (BRYCE, 1896)

Existia uma ideologia que prevalecia entre os Jovens Turcos, mais especificadamente a necessidade de um Estado centralizado, um princípio fundamental e inquestionável que, em outras palavras, era uma oposição visceral a qualquer e todos os esquemas de descentralização, além da integridade do império, mantida pelo dogma, via-se emergir um sólido projeto de fundação de uma nação turca. Todos os Jovens Turcos defendiam o princípio de um Estado forte e centralizado no qual o exército teria um papel especial. Um sociólogo turco chamado Zya Gökalp chegou a dizer que os turcos possuíam uma cultura superdesenvolvida, mas que havia sido extinta pelas civilizações árabe-islâmica na Idade Média.

As desavenças entre as duas nações, Armênia e Turquia, se davam basicamente por diferenças culturais e religiosas, além também de opiniões divergentes em relação a reformas políticas, econômicas e liberais.

2. Genocídio Armênio

Genocídio é uma palavra relativamente nova em nossa história, foi criada por um advogado polonês e judeu Raphael Lemkin a menos de 100 anos. Esse termo foi concebido após a Segunda Guerra Mundial para determinar o extermínio de um povo/nação. Raphael tinha grande interesse pelo genocídio armênio e chegou a fazer uma campanha na Liga das Nações que visava propor uma legislação internacional que desse conta de prevenir esses massacres. O texto proposto por ele tinha um conceito de barbárie e vandalismo, sendo o extermínio de um povo e cultura, respectivamente.

Em 1914, quando se inicia a Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano entra ao lado da Alemanha e Império Austro-Hungaro contra o Império Britânico, URSS e França. A entrada da Turquia na Guerra foi um ponto bem importante para o que viria ser o genocídio. Naquele momento, eles consideraram a guerra uma oportunidade para restaurar a grandeza perdida do império, desta vez sob a bandeira do nacionalismo turco. Eles queriam ir à guerra “a todo custo”, e é importante ressaltar que os Jovens Turcos foram motivados acima de tudo justamente por seus objetivos “nacionais” e sua ideologia.

A aliança com a Alemanha foi apenas uma “contribuição” para realizá-lo de fato. A Turquia dos Jovens Turcos, ao aliar-se à Alemanha, em certo sentido alcançou o status de grande potência e aproveitou as vantagens materiais que esse status trouxe consigo.

O genocídio armênio ocorreu principalmente durante a Grande Guerra de 1914-18 (mas foi de fato até 1923), uma batalha que começou como um conflito convencional e depois se transformou em Guerra Total. Quando as nações industrializadas, apoiadas pelos domínios imperiais, tomaram a decisão de ir à guerra e permaneceram em guerra por um longo período, encontraram um tipo de guerra diferente de tudo que o mundo já tinha visto antes.

Contudo, em 1913, Ismail Enver, Mehmed Talat (também conhecido como Talat Pasha) e Ahmed Djemal foram figuras centrais do genocídio, triarquia responsável pelo orquestramento deste ato abominável.

Para que se possa compreender o cenário histórico do genocídio armênio, é importante entendermos que ele foi o culminar de uma doutrina de militarismo que visava acabar com elementos do Império Otomano, especialmente aqueles considerados representantes do Império Russo ou outras potências coloniais. O militarismo moderno foi a principal ideologia que permitiu uma ética irrestrita de aniquilação e destruição. Outras ideologias podem até ajudar a promover o genocídio, mas nenhuma delas possui práticas e doutrinas militaristas vivas. O racismo e xenofobia não podem destruir uma nação quase por inteira, apenas um aspecto militar e/ou burocrático são donos de um poder altamente destrutivo para fazer isso.

Em janeiro de 1915, os homens armênios aptos (entre 15 e 60 anos) foram “convocados” para o exército com o pretexto de lutar em batalha, porém, ao invés disso, eles foram desarmados e mobilizados a fazerem trabalhos forçados. Foram tirados de suas casas e cidades para lutarem no exército, mas, na verdade, mandados para a retaguarda para reconstruir estradas e outras coisas que foram destruídas, e usados como mão de obra escrava para que trabalhassem e morressem. Além disso, ao serem retirados das cidades e casas armênias, estaria sendo retirada a resistência, os homens aptos a se defenderem, e assim, ficaria muito mais fácil cometer o genocídio.

Por volta de março e abril ainda em 1915, uma cidade armênia foi atacada por uma série de tropas turco-otomanas. No primeiro momento houve uma resistência aos massacres, mas acabaram sendo derrotados. Com a morte de alguns soldados turcos por conta dessa resistência, o Império usou dessa resistência como uma forma de legitimar o que viria acontecer.

Em 24 de abril do mesmo ano, intelectuais armênios foram presos na cidade de Constantinopla, sendo eles músicos, escritores, políticos, pintores e entre outros. É importante ressaltar que foram apenas armênios que tinham uma representatividade dentro do Império Otomano. Mataram os líderes para não deixar que o povo armênio tivesse algum tipo de reação ao que viria acontecer. Foi a morte seletiva de um grupo, uma decapitação intelectual de fato. Essa data, inclusive, é um símbolo do início do genocídio, que todos os anos é rememorado pela comunidade armênia.

Em maio, a Inglaterra, França e URSS declararam o Império Otomano responsável pelos crimes contra a humanidade cometido contra os armênios, sendo a primeira vez na história a se usar tal termo. Neste momento, já se existia a concepção na Europa

de que os turcos estavam matando deliberadamente os armênios, e que eles seriam os responsáveis por essas mortes ao final da Guerra. Em julho, já havia 200 mil mortos, mostrando que o Império estava realmente mobilizado no sentido de exterminar uma etnia. Foi criada uma força paramilitar composta por curdos, tribos curdas e seminômades que viviam na Anatólia e prisioneiros comuns (como assassinos) que estavam em prisões Otomanas e eram anistiados e tinham a liberdade dada se tomassem parte do genocídio armênio.

Foram fundadas leis de desapropriação, legislação que permitia que os armênios fossem expulsos de suas casas e que elas passassem a ser parte do Império, assim como as riquezas. Também tiveram leis de deportação, então o genocídio foi planejado, mas havia uma lei escrita para falar que o mesmo poderia ser cometido, que os armênios poderiam ser deportados.

A principal ferramenta de execução foram justamente essas deportações que tinham um propósito muito claro de evacuar as cidades ou bairros armênios, fazendo com que as pessoas fossem mobilizadas para irem a outros lugares, que diga-se de passagem, não eram informados, e iam morrendo no caminho por desidratação, fome e inanição. Neste processo de caminhada, as pessoas iam ficando pelo caminho, então não haviam sepulturas, sendo uma forma de esvaziar as cidades e eliminar os corpos, tendo em vista que seria muito difícil eliminar os corpos e daria muito trabalho enterrar um milhão e meio de armênios.

Como citado por Chitjian (2019): No alto do genocídio de 1915, Talaat Pasha (mente por trás do genocídio) contestou Henry Morgenthau, o embaixador dos EUA na Turquia durante aquele período. “Não adianta você discutir. Já nos livramos de três quartos de armênios. Não há mais nenhum em Bitlis (terra de William Saroyan), Van e Erzroum. O ódio entre turcos e armênios agora é tão intenso que temos de acabar com eles. Se não o fizermos, eles planejarão sua vingança.” Ao mesmo tempo, o Governo dos Estados Unidos encomendou a coleta de sacos cheios de ossos armênios.

Em 1917, grande parte da população armênia (estima-se que entre 50% a 70%) encontrava-se morta e o governo Otomano passou então a exterminar os armênios orientais. É importante frisar que a intenção era realmente exterminar todos os armênios do mundo, inclusive os do Império Russo.

Outro aspecto a ser mencionado é a questão do genocídio cultural, o que Lemkin chamou de vandalismo. Houve um processo sistemático de destruição de igrejas, escolas e qualquer tipo de construção e arquitetura armênia na Turquia. Quando não eram destruídas, eram transformadas em mesquitas ou em órgãos oficiais do Império, já que as vezes eram construções tão suntuosas, grandes e imponentes que eram transformadas em delegacias, prefeituras e afins. Houve também um processo de não manutenção de construções antigas. A Turquia moderna não se preocupou em restaurar o patrimônio cultural armênio que estava em seu país, sendo sancionada pela UNESCO por isso, tendo sua atenção chamada até hoje.

A partir de 1918 podemos ver 2 processos importantes, sendo eles o Império Otomano junto da Alemanha e Áustria-Hungria perdem a guerra e a Armênia oriental se tornando independente a partir da fragilidade do Império e da ebulição revolucionária da URSS, desfrutando desse hiato de poder entre os dois países.

Em 1920 temos Woodrow Wilson que, por meio de uma política americana de começar a se projetar para o mundo como uma potência arbitrária, assumiu um mandato sobre a armênia para traçar o que seria a fronteira do país de acordo com o Tratado Sèvres, e é importante ressaltar que este tratado é até hoje vigente, pois foi legítimo e assinado entre armênios, turcos e todos os países europeus que participaram da 1ª Guerra Mundial. A Armênia de Wilson ou Wilsoniana, englobava não só a Armênia independente, mas também a região das 6 províncias mencionadas anteriormente.

Entre 1918 e 1920, justamente entre o hiato dos jovens turcos que caem após a Primeira Guerra e a ascensão de Mustafa Kemal Atatürk (considerado o pai dos turcos, fundador da república da Turquia moderna), temos um processo em que se prende e julga grandes líderes do Império que praticaram o genocídio, esse julgamento ocorreu em Istambul e houve condenações dos genocidas. A triarquia que foi citada mais acima foi condenada à morte, porém, nesse período eles já estavam fora da Europa justamente para fugir da morte.

Fazendo uma leve comparação, não temos nenhuma figura como Mustafa no Brasil, mas ele é muito parecido com o que foi Getúlio Vargas e Perón (para a Argentina). Há estátuas suas espalhadas pela Turquia, ele é considerado um herói, líder e alguém cuja imagem não pode ser “tocada”.

Em 1922-23, Mustafa assume o poder do Império Otomano e as primeiras atitudes que ele tem são de repelir a invasão grega, invalidar o Tratado de Sèvres e partir para uma campanha militar contra a Armênia, invalidando também os julgamentos comentados anteriormente. O Tratado de Lausanne é assinado ainda em 1923 pela Turquia e países aliados, havendo o sepultamento da causa armênia e não possuindo uma citação se quer que fale sobre as fronteiras armênias.

A ética da guerra permitia a destruição total do inimigo. Os generais nem sempre queriam dizer que o inimigo deveria ser totalmente exterminado, mas que o exército inimigo deveria ser completamente destruído e que a população civil deveria ficar desmoralizada (muitas vezes pela exposição a duras condições de guerra, como bombardeios, por exemplo).

Apesar de tudo isso, os sentimentos dos armênios eram mais uma questão de apreensão que as pessoas sentem quando seu país está à beira da guerra do que a consequência de uma ameaça precisamente identificável.

3. Pós genocídio

Como consequência imediata do genocídio, temos alguns pontos: 1- a negação do que aconteceu, sendo o principal argumento que os armênios precisavam ser contidos pois, por serem cristãos, traíam o Império e não se podia permitir que espionassem e trocassem informações com os russos ou se aliassem aos mesmos para combater os otomanos na 1ª Guerra Mundial; 2- a destruição de bens materiais e culturais utilizados pela Turquia para apagar sua existência; 3- a violência e a falta de democracia, sendo que no código penal turco há um artigo que proíbe ofender o nacionalismo da nação, e se uma pessoa disser algo que possa ser entendido como ofensa ao sentimento turco, estará infringindo uma lei e pode ser passiva de prisão. Isso ocorreu com algumas figuras intelectuais importantes da época; 4- hoje a Armênia é um pequeno país do que deveria ser de acordo com o Tratado de Sevre, existindo também mais armênios fora do país do que nele próprio por conta de suas fronteiras serem fechadas com a Turquia e o Azerbaijão, então acaba sendo um país com muita dificuldade na área de empregabilidade e infraestrutura.

Perante tudo isso, por que a Europa não fez nada para impedir que a Turquia tomasse as terras armênias de volta e que o genocídio fosse negado? Simplesmente porque naquela época a Turquia era essencial para manter o equilíbrio na região, a URSS estava se expandindo pela região do Cáucaso, então a Europa tinha a intenção de que o Império servisse como tampão, como uma resistência a essa expansão. Sendo assim, não se “ofendia” a Turquia por conta desse apoio dado a Europa.

Hoje, a Turquia é uma compradora de armas em potencial dos EUA e uma aliada vital da OTAN do Oriente Médio. Até 24 de abril de 2021 os EUA não reconheciam o genocídio, havia inclusive na academia norte americana e europeia historiadores e cientistas sociais que negavam as atrocidades patrocinados pela capital da Turquia.

Após o fim dos massacres cometidos, o principal foco do Estado Armênio era de poder estabilizar a situação daqueles que sobreviverem ao genocídio enquanto buscava por um reconhecimento oficial como uma república independente. Em relação a ajuda humanitária, a Cruz Vermelha Internacional e o American Committee for Armenian and Syrian Relief conseguiram auxiliar em questões mais urgentes. O progresso do país foi de forma gradual, mantendo as mesmas atividades de trabalho como produções agrícolas, têxtil e artesanais.

A diáspora armênia foi uma das maiores, se não a maior, consequência do genocídio. Foi a partir das atrocidades e deportações que cerca de 400.000 mil armênios partiram em busca de condições de vida melhores. Os destinos alternavam entre Europa, América do Sul e do Norte e na maioria das vezes, as recepções dos refugiados eram feitas por organismos humanitários internacionais assim como toda a intermediação com o país de destino, sempre respeitando as leis de imigração local. Durante este processo, havia empecilhos que dificultavam o curso dos armênios como o idioma, culturas divergentes, falta de documentação e a aceitação do país receptor. Além disso, somava-se o desgaste físico e emocional, a tristeza da separação da terra natal, a dor da perda de familiares e amigos e a falta de uma referência em seus novos lares.

O movimento da diáspora foi um marco muito forte e importante para a Armênia, tanto que até hoje há mais armênios vivendo fora do que dentro do próprio país. Por volta de 1946, após a Segunda Guerra Mundial, a Armênia fez uma campanha para incentivar o retorno de seu povo ao país, visando o aumento de sua população e uma busca de retorno ao seu nacionalismo.

Após se declarar independente da URSS em 21 de setembro de 1991, a Turquia reconheceu a Armênia como um novo país, mas não conseguiram estabelecer relações diplomáticas por conta da negação em relação ao genocídio e pela nova guerra que começava na mesma época, entre Armênia e Azerbaijão, pelo território de Nagorno-Karabakh. Embora não seja o foco deste artigo abordar os conflitos entre esses países, estes entraves são relevantes na compreensão das relações estabelecidas entre Armênia e Turquia, uma vez que a própria Turquia decidiu fechar as fronteiras com o país e demonstrar apoio ao Azerbaijão por conta de relações estratégicas.

4. A diáspora armênia e a busca por um Estado-Nação

Como dito acima, a diáspora foi um marco muito importante para a Armênia e pode ser definido como o movimento em que os armênios foram obrigados a saírem de suas terras em busca de condições melhores de vida e principalmente de sobrevivência. A separação forçada da pátria, constante desejo de retorno e as preocupações com o futuro da nação são algumas das questões atribuídas ao conceito de diáspora. Os principais destinos dos armênios foram a Rússia, França, Estados Unidos e na América Latina, Brasil, Argentina e Uruguai.

Segundo Khachik Tölölyan, uma diáspora pode ser caracterizada por: 1- origem de um episódio traumático, ou seja, um acontecimento violento; 2- criação de uma identidade coletiva cultural; 3- ideia de retorno, não necessariamente físico, como por exemplo a escrita de um livro ou doações para ongs do país originário; 4- capacidade de resistência a assimilação, que seria a permanência de traços característicos mesmo após algumas gerações.

Desta forma, o livro “A um fio da morte – memórias de um sobrevivente armênio” nos permite analisar que a memória coletiva é um dos emblemas que conservavam a identidade nacional. Este processo é necessário porque é como um elo com o passado. Hampartzoum Chitjian descreve seu testemunho sobre as atrocidades que passou junto a sua família e muitos outros armênios, mostrando como um relato pode resgatar passados e abrir caminhos. Carlos Antaramian, um dos escritores, retomou a história de sua família com o suporte do livro, o que permitiu que em 2015 fosse a

Armênia e encontrasse a antiga casa de seus avós, resgatando assim parte de sua história.

Historicamente, em 1965 ocorreu o cinquentenário do genocídio, havendo uma enorme manifestação no centro de Yerevan para rememorar este acontecimento, o que permitiu que vários fatos fossem reanalisados e reinterpretados. Após a criação do termo genocídio de Lemkin e do holocausto, o povo armênio espalhado pelo mundo começou a entender com melhor propriedade o que enfrentaram e passaram a batalhar por seu reconhecimento, entendendo que muitos ali são filhos de uma diáspora. A partir disso, há uma luta incessante para restaurar territórios que estavam no Tratado de Sèvres e que se disseminaram ao redor do globo. No Brasil e Uruguai, por exemplo, esta luta ocorre por meio de lobby, onde a comunidade armênia vai se articulando para análise e reconhecimento dos fatos (Brasil até os dias atuais não o reconhece, mas o Uruguai sim).

Em 1980-1990 surgiram outras pautas como o colapso soviético e, em 1991, a Armênia conseguiu sua independência e partiu para a construção de um Estado-Nação. Atualmente, a Armênia possui cerca de 2 a 3 milhões de habitantes armênios, sendo também um lar nacional e acolhedor para todos aqueles que estão ainda dispersos por conta da diáspora.

A história da armênia é muito mais complexa do que o genocídio, é maior que as mortes ou expulsões de suas terras e, por mais que isso seja crucial para que possamos compreender o país e sua população, hoje ela tornou-se um Estado-Nação, possui fronteiras e problemas a serem vencidos.

Dentre os problemas a serem enfrentados, as manifestações armênias pelo reconhecimento do genocídio e da diáspora, existe uma reivindicação por suas terras que foram tomadas pela Turquia. Muitas vezes este é discurso da parte militante da armênia, sendo uma ideia de retorno à terra ancestral, trazendo à tona a questão de uma identidade coletiva, um senso de pertencimento que é compartilhado por conta de ligações com seus antepassados.

Além disso, podemos apontar a questão de muitos armênios ainda relutarem a estabelecer uma relação com a Turquia por possuírem um sentimento de “traição aos seus antepassados”, algo que afeta diretamente seu desenvolvimento econômico e do país como um todo.

Conclusão

A discussão ao redor do genocídio muitas vezes se foca apenas no número de mortos e acaba por ignorar consequências mais amplas do que foi a destruição deste povo. A marca que fica naqueles que conseguiram sobreviver são doloridas e produzem resultados que tornam impossível a recuperação de uma sociedade destruída, sendo também muito difícil repará-la posteriormente. O genocídio tem como maior consequência a mudança permanente que se propaga no curso da história de uma nação.

A diáspora armênia continua sentindo o não reconhecimento das atrocidades, tendo muita dificuldade para se articular com demais nações e possuindo uma identificação com povos que também sofreram com tentativas de eliminação étnicas.

Para este povo, a maior esperança é a de saber que continuarão existindo e que este fato não será esquecido. A busca por saber de onde vieram e entendimento de sua história mostram o sentimento de criação de uma identidade coletiva cultural e ideia de retorno.

Referências Bibliográficas

ADALIAN, Rouben. Armenian genocide: Context and Legacy. 10 fev. 2010.

ANIVERSÁRIO da Declaração sobre Genocídio da ONU | EDCC. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QxIYRIg6sZk&t=467s>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ARMENIAN DIASPORA COMMUNITIES. Disponível em: <http://diaspora.gov.am/en/diasporas>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ASHOT ALEKSANYAN. THE IMPACT OF THE ARMENIAN GENOCIDE ON THE FORMATION OF NATIONAL STATEHOOD AND POLITICAL IDENTITY. 13 set. 2016.

CHITJIAN, Hampartzoum. A um fio da morte: Memórias de um sobrevivente do Genocídio Armênio. 2019.

CONFLITOS entre Armênia e Azerbaijão deixam mais de 200 mortos em uma semana. 16 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/09/16/conflitos-entre-armenia-e-azerbajao-deixam-mais-de-200-mortos-em-uma-semana.ghtml>. Acesso em: 29 nov. 2022.

DEMIRDJIAN, Alexis. Armenian Genocide Legacy. 2016.

DICHTCHEKENIAN, PATRÍCIA. Genocídio Armênio: as consequências de 99 anos de negação e esquecimento. 24 abr. 2014. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/opiniao/34960/genocidio-armenio-as-consequencias-de-99-anos-de-negacao-e-esquecimento>. Acesso em: 17 nov. 2022.

ENTENDA o conflito entre Armênia e Azerbaijão pelo território de Nagorno-Karabakh. 21 dez. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/conflito-armenia-e-azerbajao-entenda/>. Acesso em: 29 nov. 2022.

GENOCÍDIO Armênio - 100 anos de luta. 22 abr. 2018. Disponível em: <https://genocidioarmenio.com.br/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

GENOCÍDIO Armênio. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20190202012745/http://consuladodaarmenia.com:80/armenia/genocidio/>. Acesso em: 23 nov. 2022.

GENOCÍDIO Armênio: O que foi o Genocídio Armênio. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/genocidio-armenio.htm>.

Acesso em: 23 nov. 2022.

KÉVORKIAN, Raymond. Armenian Genocide: A Complete History. [S. l.: s. n.], 2006
LOUREIRO, Heitor. PRAGMATISMO E HUMANITARISMO: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A CAUSA ARMÊNIA (1912-1922). Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais., 2016.

PARONYAN, Hayk; ELAMIRYAN, Ruben. Armenian foreign policy between Eurasian and European integration models. 1 jun. 2021.

RELAÇÕES da UE com a Arménia. 17 out. 2022. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eastern-partnership/armenia/#partner>.

Acesso em: 18 nov. 2022.

SAHAKYAN, Vahe. Between Host-Countries and Homeland: Institutions, Politics and Identities in the Post-Genocide Armenian Diaspora (1920s to 1980s). Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade do Michigan, 2015.

SERAIDARIAN, Célia. Armênia: Ensina-me a sobreviver. 2019.